

Reportagem Especial

RECOMPENSA A POLICIAIS AJ15268-1

Até R\$ 1.270 por preso com arma

Decreto da Secretaria de Estado da Segurança aumenta prêmio para policiais que apreenderem armas e bandidos

Aline Nunes
Eliane Proscholdt

Para incentivar policiais civis e militares, o governo do Estado aumentou o valor do benefício concedido por apreensão de armas e prisão. Agora, o bônus pode chegar a R\$ 1.270,20.

A medida foi anunciada ontem pelo secretário de Estado da Segurança Pública, Henrique Herkenhoff, após publicação do decreto com as regras para a concessão da gratificação, e já está valendo.

As apreensões vão ter um sistema de pontuação, conforme calibre e tamanho da arma, e podem resultar em até R\$ 635,10. Com prisões, o valor dobra. O resultado será dividido entre os policiais di-

retamente envolvidos na ação.

“A recompensa por arma apreendida foi aumentada substancialmente. Ficou um pouco mais que o dobro. Além disso, dobra novamente se, junto com a apreensão, houver a prisão da pessoa que portar ilegalmente. Se for um fuzil AR-15, passa um pouco de R\$ 1,2 mil”, comentou Herkenhoff.

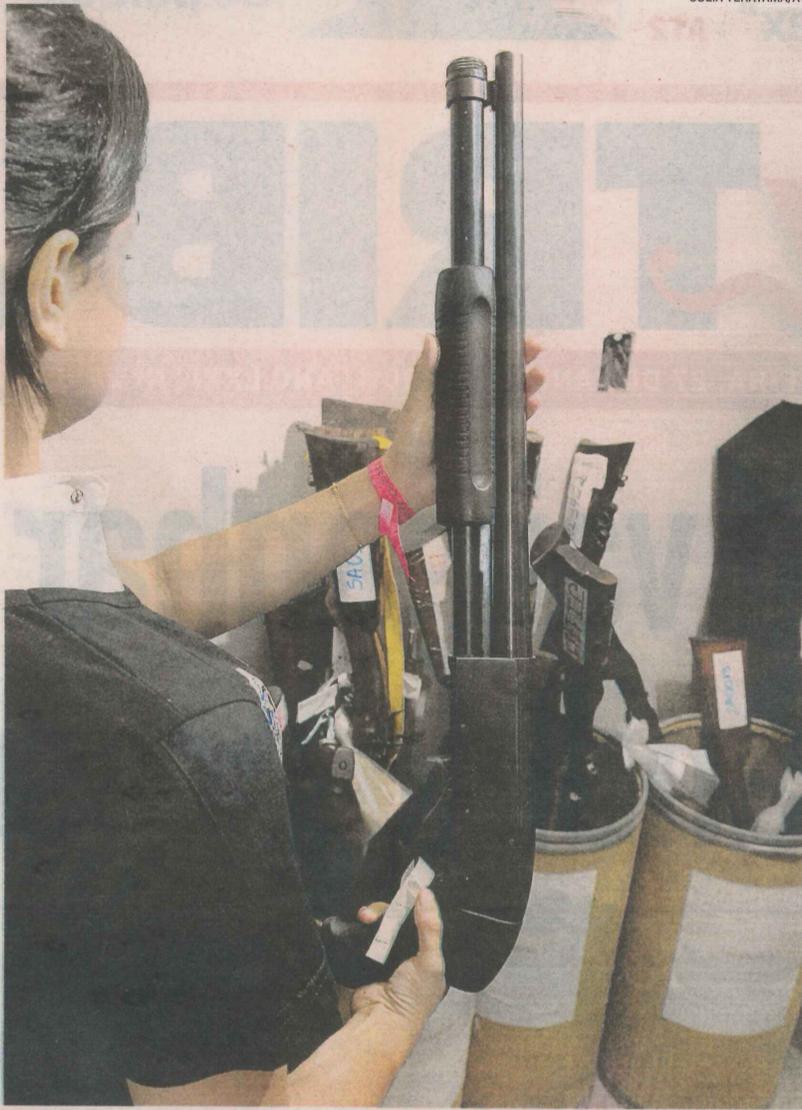
INCENTIVO

Questionado o motivo para a recompensa, já que os policiais estarão cumprindo sua obrigação, o secretário justificou que trata-se de uma política de incentivo.

“A ideia é que sempre uma parte da remuneração seja variável, segundo o resultado concretamente obtido, como muitos outros profissionais. Se o vendedor vende muito, por exemplo, ele ganha melhor”, argumentou Herkenhoff.

“Da mesma forma será com o policial. É o trabalho dele, é claro, mas a ideia é que uma parte da remuneração seja maior ou menor, conforme os resultados concretos trazidos por ele”, completou.

Herkenhoff garantiu que os po-



POLICIAL com armas apreendidas: premiação de acordo com tamanho

liciais não estão desmotivados, mas merecem um incentivo à produtividade. Para ele, o bônus servirá ainda para combater os “bicos” na PM, embora o secretário avalie que a escala especial paga atualmente já compense qualquer serviço fora da corporação.

O piso de um policial militar ho-

je é R\$ 1,8 mil e de um investigador da Polícia Civil, R\$ 3,3 mil, fora a escala especial.

Para pagar os benefícios, haverá uma reserva anual no orçamento de R\$ 500 mil. “É um valor razoavelmente baixo, se considerarmos o retorno que a medida deverá proporcionar”, avaliou.

Em um ano, apreensões ultrapassam 3.600

Com a política de incentivo, a expectativa do governo é apreender este ano mais armas que o volume de 2010. Entre apreensões da Polícia Civil e Polícia Militar, foram mais de 3.600 mil armas.

De janeiro a dezembro de 2010, a PM apreendeu 2.876 armas. A Civil, com dados apenas até julho, retirou das ruas 805, conforme levantamento da assessoria de imprensa das duas instituições.

A maioria das armas era revólver e cerca de 45% dos casos estavam ligados ao tráfico de drogas.

O secretário de Estado da Segurança, Henrique Herkenhoff, não estabeleceu meta de quantas armas deverão ser apreendidas em 2011, mas a expectativa é de que seja maior que no ano passado.

Herkenhoff fez questão de frisar que a legislação sobre porte ilegal de armas é mais rigorosa atualmente e, quem for flagrado, vai mesmo para a prisão.

“Não é preciso nem que a pessoa já tenha passagem por homicídio, roubo ou qualquer outro crime. Basta estar com uma arma que será presa”, ressaltou.

A lei 10.826/2003 prevê pena de prisão de até oito anos para os flagrados de porte ilegal de armas, mais multa.

“Antes, era contravenção. Hoje é crime mesmo e o cara vai em cana, pega uma prisão grande e, se estiver associado a outra coisa, não vai sair tão cedo da cadeia”, garantiu Henrique Herkenhoff.

SAIBA MAIS

Fuzis vão render 300 pontos

Pontuação

- > ARMA DE FOGO DE calibre permitido, como revólver 32 e 38: 100 pontos
- > ARMA DE FOGO CURTA, de calibre restrito, como pistola ponto 40 e 9 milímetros: 200 pontos
- > ARMA DE FOGO LONGA, de calibre restrito, como fuzis 7,62, submetralhadoras 9 milímetros e ponto 40: 300 pontos
- > ACESSÓRIOS, como mira a laser: 50 pontos
- > MUNIÇÃO de calibre permitido: um ponto
- > MUNIÇÃO de calibre restrito: três pontos
- > PRISÃO: Caso a arma, munição ou acessório resulte em prisão, a pontuação dobra.

Valor

- > A RECOMPENSA vai ser paga tendo como indicador o Valor de Referência do Tesouro Estadual (VRTE), que, em 2011, é de R\$ 2,117. Esse índice é reajustado anualmente.
- > CADA PONTO vale um VRTE.

Pagamento

- > A PONTUAÇÃO vai ser atribuída somente aos policiais que tenham trabalhado diretamente na apreensão, mesmo nos casos de operações integradas e com grande efetivo.

- > CASO MAIS DE um policial seja responsável pela apreensão, a pontuação vai ser dividida entre eles, até um máximo de cinco policiais.
- > PARA RECEBER, o policial deve apresentar requerimento à chefia imediata, junto com cópia do auto de apreensão.

Controle

- > O AUTO DE APREENSÃO será encaminhado à Delegacia de Armas, Munições e Explosivos (Dame) para controle do número de apreensões.

Fonte: Decreto 2665/2011.



FUZIS: mais pontos para policiais

Mais tempo para denúncias no 181

Para reduzir a criminalidade e aumentar a eficiência dos serviços de segurança pública, além do incentivo aos policiais, outras medidas estão sendo elaboradas. Entre elas, mudanças no disque-denúncia (181).

O secretário de Estado da Segurança, Henrique Herkenhoff, falou que estão sendo feitos estudos para melhorar o atendimento a quem quer denunciar um crime.

A proposta é aumentar o número de atendentes, tornar o atendimento 24 horas, inclusive nos finais de semana. Hoje, o serviço opera de segunda a sexta-feira, das 7 às 22 horas.

Herkenhoff explicou que, pelo atual contrato, ele só pode aumentar o efetivo em 25%, sem nova licitação. Então, num primeiro momento terá de fazer a opção entre o trabalho nos finais de semana ou o turno extra, a partir de 22 horas.

O espaço físico também é limitado e, portanto, é preciso encontrar outra área. “É um dado positivo dizer que a equipe não está dando conta porque muitos procuram o disque-denúncia. Mas é preciso melhorar”, frisou.

Outra mudança é aumentar a informatização da polícia que, na opinião de Herkenhoff, ainda é precária. Um sistema que o secre-



O SECRETÁRIO Henrique Herkenhoff planeja mudanças para o serviço 181, como atendimento nos finais de semana e à noite

tário pretende tornar mais eficiente é a delegacia on-line.

“O sistema hoje tem limitações. A ideia é que qualquer crime e até o que não for, como perda de documento, possa ser processado pela internet. Quem não tem internet em casa poderá usar os quiosques do faça-fácil, de unidades policiais e até em shoppings, com funcionamento semelhante a um banco 24 horas”, afirmou o secretário.

A medida visa deixar mais policiais nas ruas, assim como a que trata sobre as intimações. Segundo Herkenhoff, as convocações para depoimentos serão remetidas pelos Correios, liberando os policiais

para o trabalho de investigação.

Mais uma novidade será a instalação de delegacias em microrregiões do Estado para que funcionem 24 horas. “Elas terão efetivo suficiente para fazer diligências imediatas. Novas delegacias vão ser construídas, algumas ainda este ano”, destacou.

“Novas delegacias vão ser construídas, algumas ainda este ano”

Henrique Herkenhoff, secretário de Estado da Segurança Pública

RECOMPENSA A POLICIAIS

Três mil foram soltos por alvará

Embora passem a receber bonificações para prender bandidos, policiais destacam que o maior fator de descontentamento é ver novamente nas ruas os bandidos que foram presos por eles, e praticando novos crimes.

Em seis meses, mais de 3 mil criminosos conseguiram alvará de soltura e voltaram às ruas. Ao todo, 2.508 deixaram unidades prisionais do Estado e 658 saíram de delegacias da Grande Vitória, totalizando 3.166 alvarás de soltura.

Os dados, de julho de 2010 até a última terça-feira, foram passados pela Secretaria de Estado da Justiça (Sejus).

Mas nem todos os pedidos de soltura são concedidos. De acordo com o defensor público Alexandre Corsini Pagani, este ano foram cadastrados no núcleo de Vitória 70 autos de prisão em flagrante na capital, exceto os relacionados à vio-

lência doméstica e à criança.

Dessas prisões, foram feitos 52 pedidos de liberdade provisória pela Defensoria, mas somente dois foram deferidos pela Vara da Central de Inquiridos de Vitória.

Assim como os policiais, familiares de vítimas da violência também criticam solturas por alvará. Contudo, servidores do Judiciário destacam que as solturas são baseadas na lei. Em muitos casos, o réu é solto por falta de provas.

O aposentado Manuel dos Santos da Silva é um dos que critica. Seu filho Marcelo Samora da Silva foi morto a facadas em novembro passado, em Cariacica.

José Lopes dos Santos foi preso em flagrante, confessou o crime, segundo familiares da vítima, mas só ficou dois meses na cadeia.

“Testemunhas contaram que meu filho viu o assassino agredindo um garoto na rua e saiu em defesa do menino. O homem teria dito que iria matar uma pessoa. Logo depois, deu facadas no peito do meu filho”, contou Manuel.

Indignado, o pai clama por justiça. “Os sonhos do meu filho foram interrompidos e o bandido já foi solto por alvará. Ele tem é que ser preso de novo”, criticou.

A informação na 5ª Vara Crimi-



MANUEL DA SILVA mostra a foto do filho Marcelo, que foi morto em novembro, e o acusado do crime já está solto

“Os sonhos do meu filho foram interrompidos e o bandido já foi solto. Ele tem é que ser preso”

Manuel dos Santos, aposentado

O QUE ELES DIZEM



Incentivo

“Aumentar o valor do bônus pecuniário é um incentivo para o policial, mas isso não resolve o estresse no trabalho. Deveria ter uma carga horária justa”.

Jean Andrade, presidente da Associação de Cabos e Soldados da PM e Bombeiro



Preocupação

“Toda medida para aumentar a segurança deve ser elogiada. Imagino que foi estudada, mas me preocupa quando se gratifica o policial para ele cumprir o seu papel. Ele deve ser estimulado com condições de trabalho e remuneração digna”.

Homero Mafra, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional capixaba (OAB-ES)



Motivação

“A gratificação motiva o policial a atacar esse tipo de conduta ilegal, embora essa tese funciona como se fosse uma gratificação de uma coisa que temos que fazer. Efetivamente gostaríamos de ter salário mais digno”.

Antonio Fialho Garcia Junior, presidente do Sindicato dos Investigadores da Polícia Civil.



Paliativa

“Gratificar o policial é uma medida para melhorar a autoestima, mas ela é paliativa. É como enxugar o gelo. É preciso se pensar em outras medidas, se preocupar com as causas”.

Gustavo Senna Miranda, promotor de Justiça.

Em Minas, prêmio é 14º salário

Os outros estados da região Sudeste também têm estratégias para incentivar seus policiais. Em Minas Gerais, por exemplo, existe o 14º salário, por produtividade.

A assessoria da Polícia Civil mineira disse que existe uma política de metas que, conforme o resultado ao longo de um ano, pode garantir um salário extra.

“A produtividade é avaliada de acordo com as metas estabelecidas, como número de inquéritos relatados. A PM também tem as suas metas. Sendo alcançadas, o

valor pago pode ser de até 100% do salário do servidor, ou seja, um 14º salário”, explicou a assessoria.

No Rio de Janeiro, a assessoria da Secretaria de Segurança Pública afirmou que existem gratificações de até R\$ 3 mil, também seguindo uma política de metas.

No início deste ano, houve um aprimoramento no sistema e, entre as alterações válidas para este semestre estão a definição de índices diferenciados conforme as áreas do estado e o aumento do valor do bônus aos policiais.

Também foi criada a meta para reduzir a morte violenta, tanto a praticada pelo cidadão, quanto a de policiais em operações.

Em São Paulo, a remuneração dos policiais é composta de quatro partes, sendo que uma delas garante o valor em dobro para o “policial 24 horas”. “Ele está de folga, vê um acidente e age, sem ser convocado, tem direito ao benefício”, explicou a assessoria.

A redução da criminalidade no estado, em 70%, também está ligada à instituição do mapa do crime.

Erro em inquérito desmotiva

Falhas nos inquéritos que apuram crimes muitas vezes levam bandidos a sair da cadeia e isso desmotiva a ação policial.

A reclamação é do presidente do Sindicato dos Investigadores da Polícia Civil do Estado, Antonio Fialho Garcia Junior.

“A soltura de um criminoso pode significar que é preciso melhorar o inquérito policial, com objetivo de manter essas pessoas presas”, disse Fialho.

E ver nas ruas um bandido que acabou de ser preso é um dos fatores que mais desmotiva os policiais, segundo o presidente da Associação de Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiro Militar do Espírito Santo, Jean Ramalho Andrade.

“O fato de prender e soltar desmotiva os policiais, especialmente aqueles que trabalham muito tem-

po na região”, afirmou.

Mas ele destacou que em determinados casos existe brechas na lei. “A sensação é que eles estão enxugando gelo. É preciso pegar todos os setores envolvidos e propor uma drástica reformulação na legislação”, defendeu Ramalho.

Mas para Homero Mafra, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional capixaba (OAB-ES), há situações em que a prisão é efetuada desnecessariamente.

“Prisão não é antecipação de pena. Percebe-se que estão banalizando as medidas de prisão preventiva. O fato de existir uma acusação não significa que esse alguém é culpado”.

E completou: “Não me apavora esse soltar do judiciário. O que me assusta é esse clamor de prisão a qualquer preço”.

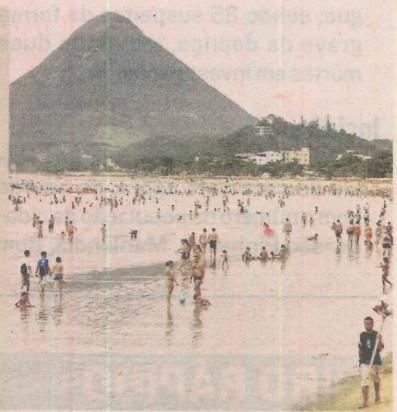
ELES VOLTARAM AO CRIME

Só de cueca na praia

No domingo, um turista mineiro foi rendido por um bandido armado e deixado só de cueca em Piúma.

Depois que o bandido fugiu, ele procurou a polícia, que prendeu Charles Ferreira Ramos, o Fofão.

A polícia informou que Fofão é suspeito de ter atirado e matado o universitário Diogo Fernandes Dias, 28 anos, em fevereiro de 2009, em Iriri.



Dez passagens pela polícia

Um bandido com 10 passagens pela polícia, sendo nove por furto e uma por homicídio, foi preso em dezembro de 2009 depois de roubar o celular de uma passageira que estava num ônibus da linha 506 (Terminal Laranjeiras-Terminal Itacibá) do Transcol. Ele foi preso ao desembarcar, em Vitória.

No site do Tribunal de Justiça diz que em 2010 ele foi condenado a pena de dois anos e três meses de reclusão. O regime inicial de cumprimento da pena é semiaberto.

FERNANDO RIBEIRO - 08/10/2010